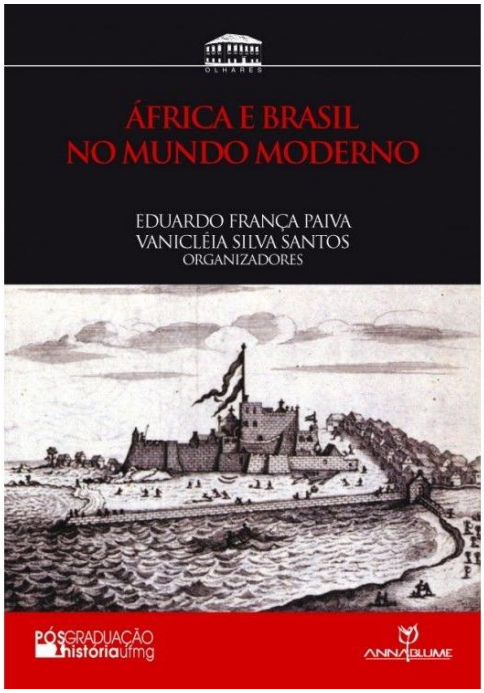
Boletim do Tempo Presente - ISSN 1981-3384
Boletim do Tempo Presente, nº 06, de 09 de 2013, p. 1 - 6, | http://www.seer.ufs.br/index.php/tempopresente

RESENHA: PAIVA, EDUARDO FRANÇA; SANTOS, VANICLÉIA SILVA. (ORG.) *ÁFRICA E BRASIL NO MUNDO MODERNO*. SÃO PAULO: ANNABLUME; BELO HORIZONTE: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – UFMG, 2012.

Por *Mariana Schlickmann[i]*



África e Brasil no Mundo Moderno, organizado por Eduardo França Paiva e Vanicléia Silva Santos apresenta discussões atuais sobre as relações entre o continente africano e o Brasil, aproximados pelo mundo do tráfico atlântico, durante o período da Modernidade. O livro é uma coletânea de artigos e conferências apresentadas durante o Seminário Internacional sobre a Presença Africana no Mundo Moderno – Os Angolas no Brasil, o Brasil em Angola, que ocorreu em 2010.

Engana-se quem pensa que por se tratar do período da Modernidade - onde o tráfico de africanos escravizados para o continente americano ocorreu de forma massiva – aqui se verão histórias de vitimização. O objetivo central, que perpassa todos os trabalhos, é mostrar o legado cultural dos Angolas, Cabindas, Benguelas, Cassages, Ganguelas, Mandingas, Massanganos, Minas, Rebolos, Congos, crioulos, pretos, pardos e mestiços. A intenção também é analisar dinâmicas internas das sociedades africanas, em especial as da região de Angola, bem como as relações destas com o tráfico e seu impacto nas economias, costumes e culturas locais. Por isso, esta coletânea é importante

não só para os especialistas em história da África, mas a todos que se interessam pela história do tráfico atlântico e da escravidão.

Em todos os capítulos apresentados vemos que mundos completamente distintos interagem, comercializam e se adaptam a novas situações; promovendo mesclas biológicas e culturais, com desdobramentos, rupturas e continuidades. São ressaltadas as redes de influência e os laços estabelecidos pelos sujeitos históricos do período através do trânsito pelo oceano. Os artigos, mesmo tratando de temas diversos, também se destacam pelas fontes utilizadas, uma vez que todos foram pautados em uma vasta documentação, de arquivos brasileiros, europeus e africanos.

O livro África e Brasil no mundo moderno está dividido em três partes: a primeira com as duas conferências ministradas durante o evento, a segunda denominada "Articulações no mundo moderno: ocupação e defesa nos territórios africanos", e a terceira chamada "Africanos no Brasil: trânsito e conexões".

No capítulo de autoria de Vanicléia Silva Santos intitulado "Mandingueiro não é mandinga: o debate entre nação, etnia e outras denominações atribuídas aos africanos no contexto do tráfico de escravos", através da análise dos usos da etnicidade mandinga no Brasil Colônia, ela aponta que certas práticas realizadas no Brasil, embora tenham origens africanas, não estão obrigatoriamente ligadas àquele etnônimo, do mesmo modo que nem sempre é possível associar os registros de nação com uma região específica em África. Assim, a autora mostra como o termo mandinga não necessariamente remete à região do Mali, e como o mesmo era utilizado como uma "senha universal", com diversos significados em diferentes lugares e contextos, tanto em África quanto no Brasil.

O segundo capítulo, "Apontamentos sobre o tráfico de escravos entre Angola e Brasil", de Alexandre Vieira Ribeiro, parte da perspectiva de mostrar o protagonismo africano no tráfico de pessoas entre o continente e o Brasil, focando na região de Angola. Ribeiro mostra que em sua grande maioria os escravizados não eram capturados por europeus: "Seus algozes eram africanos, que agiam em função de regras e costumes locais. Pertenciam a poderosas e complexas redes mercantis que interligavam diferentes agentes e esferas sociais no mundo atlântico [...]" (p. 47). Ele também nos apresenta os portos de Benguela e Luanda, e aponta como o primeiro teve

um papel importante no tráfico ao ser distante do centro administrativo colonial português, situado em Luanda, o que permitia um comércio sem fiscalização e burocratização de africanos para o Brasil, possibilitando uma maior concorrência e oportunidades para os comerciantes locais.

A segunda parte se inicia com o artigo L'Atlantique Du « Milieu ». Portugal – Maroc – Guinée (XVe - XVIe siècles), de Antonio de Almeida Mendes, que aborda o trânsito de pessoas, mercadorias e cultura entre Portugal, Marrocos, Gana e América. O autor transforma o Oceano Atlântico e o Mar Mediterrâneo em grandes rotas para estes trânsitos, e problematiza os resultados destes fluxos em uma perspectiva que busca desconstruir a ideia de aculturação das populações africanas gerada pelo contato com os europeus, em especial os portugueses.

Eduardo França Paiva, em "Um crioulo de Cabo Verde contra o Brasil no império de Felipe II" nos apresenta o que é este mundo conectado pelo oceano, no período da Modernidade, e como este novo espaço propiciou mestiçagens tanto biológicas quanto culturais. Também mostra a perspectiva dos africanos sobre o Mundo Atlântico, utilizando como fonte dois dos poucos registros escritos que expressam a visão destas pessoas. O primeiro é o processo de beatificação e canonização de São Pedro Claver, jesuíta espanhol residente em Cartagena de Índias no século XVII, que possui depoimentos de escravos intérpretes do jesuíta, que os auxiliava no diálogo com os africanos recém-chegados ao porto de Cartagena, onde eram batizados e se necessário tratados de suas enfermidades por Claver. O segundo documento utilizado pelo autor são os escritos do Capitão André Álvares d'Almada, um crioulo de mãe mestiça, nascido em Cabo Verde no final do século XVI. O capitão registrou suas impressões sobre a geografia, religião e cultura local. Em ambas as fontes, através de uma interpretação apurada, Paiva nos mostra a integração destes africanos com o mundo moderno e suas dinâmicas de globalização.

Juliana Ferreira Furtado, autora de "Angola e Moçambique: um projeto português de ligação terrestre ente as duas costas da África e suas fontes europeias e africanas" descortina o surgimento do projeto de ligação terrestre do continente e o necessário investimento no desenvolvimento de mapas da região. Devido à necessidade de proteção do território contra invasões inglesas e holandesas, os portugueses se viam obrigados a conhecer melhor seus domínios em África para poder protegê-los. Neste

sentido, Furtado assinala como foi essencial para o desenvolvimento da cartografia portuguesa o conhecimento das populações locais, e também como as opiniões dos nativos acerca de localidades e demais sociedades também foram transmitidas aos portugueses e impressas em seus mapas.

No capítulo "Senhora do Rosário dos Pretos, São Benedito de Quissama: irmandades e devoções atlânticas no Bispado de Angola, século XVII", a historiadora Lucilene Reginaldo fala sobre a instalação do poder católico em Angola através da transferência do Bispado do Congo para o local e sobre a presença dos africanos nas instituições da Igreja. Ela coloca que: "É possível que, no século XVIII, uma parte significativa do clero nativo fosse composta de homens pardos" (p.122). Sendo assim, o Catolicismo fincou suas raízes em Angola de forma profunda, e as irmandades espalhadas pela colônia, principalmente do Rosário, são prova disso. Contudo, Reginaldo ressalta que as influências foram de ambas as partes, pois a "empreitada evangelizadora resultou tanto na ocidentalização de muitos povos quanto na africanização do catolicismo, nas duas margens conectadas do Atlântico" (p. 133).

Marina de Mello e Souza escreve o artigo "*Kilombo* e Angola: jagas, ambundos, portugueses e as circulações atlânticas", onde pesquisa - utilizando uma vasta bibliografia, relatos de viagens, documentos administrativos e eclesiásticos - acerca das palavras *kilombo* e quilombo, de seus diferentes significados para as populações centro-africanas e para os portugueses, e a construção destes significados ao longo do tempo.

Os autores Roberto Guedes e Caroline de Souza Pontes, no artigo "Notícias do Presídio de Caconda (1797): moradores, escravatura, tutores e órfãos" analisam uma documentação produzida pela Coroa Portuguesa com a finalidade de controle, povoamento e comércio na região de Angola. Os autores buscam neste texto analisar as classificações sociais no Presídio de Caconda, focando em especial os tutores e órfãos. Eles afirmam que o Antigo Regime, que tinha como guia para questões jurídicas as Ordenações Filipinas "estabelecia critérios no zelo para com os órfãos, mas, por outro lado, habitantes de Caconda absorveram, a seu modo, a prática da tutoria de órfãos, uma vez que era mais uma salvaguarda contra a escravização" (p. 155). Deste modo, fica claro que os autores, em consonância com uma perspectiva de protagonismo e valorização dos africanos como sujeitos históricos, interpretam estes documentos no

sentido de mostrar como os locais se apropriaram de práticas portuguesas com a finalidade de proteger suas redes de solidariedade.

A segunda parte do livro se inicia com o capítulo "'Que mengui colo moambundo': a nação Angola na Cidade da Bahia no século XVIII – 1750-1799", de Carlos Eugênio Líbano Soares, que disserta sobre como a "nação"Angola foi a mais importante registrada no período colonial em Salvador nos documentos portugueses, relacionando a exportação de escravos do porto de Luanda para o abastecimento direto da cidade. Soares problematiza o termo "nação", conceituando-o não como uma identidade étnica, mas como uma identidade diaspórica. Pautado em uma documentação eclesiástica, bibliográfica, cartográfica e da administração colonial portuguesa, o autor mostra a importância da "nação" Angola e sua influência no cotidiano de Salvador no período.

"Africanos como tripulantes no Atlântico, séculos XVIII e XIX: historiografia e novas tendências", de Jaime Rodrigues, faz uma crítica ao lugar ocupado pelos pobres da Península Ibérica e pelos africanos na historiografia das Grandes Navegações. O autor discorre sobre a experiência marítima escrava no tráfico negreiro como uma oportunidade vista pelos africanos ao se tornarem homens do mar, de possuir um trabalho remunerado e longe dos riscos de escravização, bem como as preocupações das autoridades no uso de tal mão de obra.

Em "Os Angolas em Minas Gerais e em São Paulo na década de 1830", Tarcísio R. Botelho e Cristiana Viegas de Andrade traçam um perfil demográfico dos escravos transportados do continente africano para Minas Gerais e São Paulo na década de 1930. Para tal pesquisa, os autores utilizaram como fonte as listas nominativas de habitantes, onde "são arrolados nominalmente todos os habitantes de uma circunscrição administrativa, seja ela um distrito, um paróquia ou outra qualquer" (BOTELHO; ANDRADE, 2012, p. 222). Botelho e Andrade apontam em seu artigo as possibilidades de trabalho com tais fontes, que apesar dos problemas, contém informações riquíssimas que os permitiu traçar perfis relacionando profissões, procedência e gênero de africanos no Brasil.

Esta coletânea é uma importante contribuição para a desconstrução de um olhar eurocêntrico sobre o continente africano, sobre o tráfico negreiro e sobre a escravidão

no Brasil, que normalmente representa as populações africanas como coadjuvantes e vitimizadas em relação ao processo colonial. Este livro vem na contramão desta perspectiva ao mostrar a participação ativa dos africanos no tráfico e outras redes de comércio, como resignificaram as práticas de origem portuguesas, influenciaram os costumes e cotidiano do Mundo Moderno e os resultados destes encontros de culturas.

Notas

[i] Mestranda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais.